



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Praça Mal Deodoro, 55 - CEP 90010-908 - Porto Alegre - RS - [www.tjrs.jus.br](http://www.tjrs.jus.br)

**PROVIMENTO Nº 49/2023-CGJ**

**Processo nº 8.2022.0010/003776-6**

**ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL**

**AGENDA 2030 - ODS 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis**

*ISS - Estabelece a possibilidade de repasse aos usuários do ISS relativo aos Serviços Notariais e de Registro.*

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR GIOVANNI CONTI,  
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**CONSIDERANDO** que o Código Tributário Nacional autoriza que a responsabilidade pelo encargo financeiro de determinados tributos, em razão de sua natureza, possa ter transferida sem que haja, necessariamente, alteração da figura do contribuinte ou mesmo a previsão de responsabilidade tributária;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 12.692/2006 define o conceito de emolumentos como sendo expressamente a remuneração pelo ato notarial e/ou registral, definindo, em tese, que a tributação de ISS pelo serviço daí decorrente não está compreendida no valor fixado pela Tabela de Emolumentos;

**CONSIDERANDO** o dever da Corregedoria-Geral da Justiça de orientar, fiscalizar e adotar providências visando à melhoria dos Serviços Extrajudiciais, observando os princípios da legalidade, conveniência e oportunidade;

**PROVÊ:**

**Art. 1º** - Fica incluído o artigo 34-A na Consolidação Normativa Notarial e Registral, com a seguinte redação:

Art. 34-A. Os notários e registradores deverão destacar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, calculado sobre o total de emolumentos e acrescido destes, como despesa reembolsada, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.692, de 29 de dezembro de 2006.

§ 1º - O valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza destacado na forma do *caput* não integra o preço do serviço, admitido o repasse do custo econômico desta tributação ao usuário.

§ 2º - O repasse previsto neste dispositivo ao usuário final do serviço não implica qualquer alteração da relação jurídico-tributária dos Municípios com notários e registradores.

**Art. 2º** - Este provimento entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico, revogando eventuais disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE.**

**CUMPRA-SE.**

Porto Alegre, data registrada no sistema.

**DESEMBARGADOR GIOVANNI CONTI,**  
**Corregedor-Geral da Justiça.**



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Conti, Corregedor-Geral da Justiça**, em 19/12/2023, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **6168313** e o código CRC **7A86828C**.